

“GRANDES MALES PEDEM GRANDES REMÉDIOS”: A PESTE NUM SERMÃO DO PADRE ANTÓNIO VIEIRA

RESUMO

Até finais do séc. XIX, as causas da peste – a doença que aterrorizou a Europa entre 1347 e 1720 – eram desconhecidas de todos. De ordinário avançavam-se duas explicações: a corrupção do ar (pelas mais diversas causas) e o castigo divino. É esta compreensão que nos é testemunhada num sermão do padre António Vieira, pregado na Capela Real em meados do séc. XVII, numa altura em que grassava por todo o Mediterrâneo ocidental uma das maiores pandemias da peste. A parénesis é dedicada a S. Roque, o grande “advogado da peste”, a quem o pregador jesuíta confia a proteção do reino de Portugal, quando o Algarve já arde nessa calamidade.

Palavras-chave: Cólera divina. Peste. Remédio. S. Roque.

“GRANDES MALES PIDEN GRANDES REMEDIOS”: LA PESTE EN UN SERMÓN DEL PADRE ANTONIO VIEIRA

Resumen:

Hasta el final del siglo XIX, las causas de la peste – la enfermedad que horrorizó el continente europeo entre 1347 e 1720 – eran desconocidas de toda la gente. Generalmente se proponían dos explicaciones la corrupción el aire (por las causas más diversas) y el castigo divino. Es esta la comprensión que nos da el padre Antonio Vieira en un sermón predicado en la Capilla Real a mediados del siglo XVII, en una ocasión en que se propagaba una de las mayores pandemias de la peste en todo el Mediterráneo occidental. El sermón es dedicado a san Roque, el gran “abogado de la peste”, al cual el predicador jesuita confía la protección del reino de Portugal, al tiempo en que Algarve ya arde en esa calamidad.

Palabras-chave: cólera divina, peste, remedio, S. Roque.

“GREAT EVILS CALL FOR GREAT REMEDIES”: THE PLAGUE IN A SERMON BY FATHER ANTÓNIO VIEIRA

Abstract:

Until the end of the XIX century, the causes of the plague –the disease that terrified Europe between 1347 and 1720– were unknown to everyone. Ordinarily, two explanations were put forward: air corruption (for the most diverse causes), and divine punishment. It is this understanding that is witnessed to us in a sermon by Father António Vieira, preached in the Royal Chapel in the middle of the XVII century, at a time when one of the greatest pandemics of the plague was raging across the western Mediterranean. The sermon is dedicated to S. Roque, the great “Lawyer of the Pest”, to whom the Jesuit preacher entrusts the protection of the kingdom of Portugal, when the Algarve is already burning in this calamity.

Keywords: divine cholera, plague, medicine, S. Roque.

Uma das mais graves crises sanitárias do século XVII foi a pandemia da peste de 1647-1658, que assolou o Mediterrâneo ocidental. Proveniente provavelmente de Argel, a peste entrou na Península Ibérica pelo porto de Valência e alastrou em duas frentes: uma para norte, em direção à Catalunha, e outra para sul, em direção à Andaluzia, afetando as principais cidades do sul de Espanha (Caballero-Ponce, 2018, p. 169). O sul de Portugal foi o mais tocado por aquela que ficou aqui conhecida como “peste do Algarve”, embora a pandemia tenha também afetado outras regiões (Barbosa, 2001, p. 13; Barros, 2015, p. 258).

Por ocasião desta peste algarvia, o padre António Vieira pregou um sermão propiciatório, na Capela Real, em honra de S. Roque, “advogado da peste”. No atual contexto de pandemia, é talvez interessante revisitar esse sermão e refletir sobre esse testemunho numa perspectiva histórico-social e religiosa.

A PESTE, SUAS CAUSAS E REMÉDIOS

O termo peste (do lat. *pestis*) significava originalmente “doença contagiosa”, “epidemia” ou, ainda, “praga”. Seu derivado e sinónimo é o termo *pestilentia*, que, por meio do uso que S.^{to} Isidoro de Sevilha dele faz, irá caracterizar a doença contagiosa que mais terror provocará na Baixa Idade Média e início da Idade Moderna: a Peste Negra (1347-1722).

Na tradição clássica, a peste, portanto, era uma doença extremamente contagiosa – uma vez infetada, a pessoa rapidamente transmitia o mal aos seus próximos – e para a qual não havia remédio conhecido. Segundo uma crença helénica, a causa de tal doença seria a corrupção do ar. Penetrando depois nas vísceras, os seus efeitos eram fatais. Porém, para o bispo de Sevilha, tudo isso não ocorria sem permissão divina, que deste modo castigava os humanos pelos pecados cometidos, uma explicação que encontrava fundamento na própria Bíblia. S.^{to} Isidoro, no entanto, possuía dados novos, que os autores clássicos desconheciam. Poucos anos antes do seu nascimento, o Mediterrâneo conhecera a primeira pandemia de peste bubónica de origem africana (*Yersinia pestis antiqua*), conhecida atualmente com o nome de “Peste de

Justiniano” (541-544). Esta pandemia foi extremamente mortífera: 30 a 50 milhões de pessoas (Vandal, 2020). E o Padre da Igreja visigótico refere particularmente esse carácter mortífero da doença.

Quando surge a grande pandemia de peste medieval (*Yersinia pestis medievalis*) – a Peste Negra (1347-1353) –, desta vez de origem asiática, foram os textos de S.^{to} Isidoro que serviram muitas vezes de ajuda para a compreensão da enfermidade (desde logo dando-lhe o nome: peste, pestilência), das suas causas e remédios.

Não conhecendo as verdadeiras causas da peste – o bacilo da peste apenas seria descoberto em finais do séc. XIX –, os autores medievais propunham dois tipos de causas: naturais e sobrenaturais (Caballero Ponce, 2018, p.126-137). As causas naturais podiam ser *remotas* (i.e., superiores e celestes) ou *próximas* (i.e., inferiores e terrestres). As causas remotas estavam relacionadas com os corpos celestes: a má disposição das orbes celestes teria influência imediata sobre a terra, bem como outros fenómenos como os eclipses solares, o aparecimento de um cometa, ou até certo tipo de nebulosidade. A atenção aos céus era fundamental para prever todo o tipo de más influências sobre o ar que se respirava. As causas próximas diziam respeito às emanações venenosas que se desprendiam da terra (por ocasião de terramotos), das águas estagnadas (durante os meses de calor), ou ainda os gases libertados por corpos insepultos e em decomposição. Na verdade, até ao séc. XVIII, as condições higiénico-sanitárias na Europa, sobretudo nas cidades, eram deploráveis, favorecendo por isso os surtos da peste. A causa sobrenatural, como vimos em S.^{to} Isidoro, era a *cólera divina* castigando o pecado dos homens. Na compreensão judaico-cristã, a vida estava nas mãos de Deus, e só ele a podia dar e tirar, pelo que a epidemia da peste não podia ocorrer sem a sua permissão; ocorrendo, era evidentemente para castigo dos pecados dos seres humanos. Muito poucos questionavam a crueldade de um tal Deus!

Os remédios para a peste tinham que ver, em primeiro lugar, com medidas sanitárias, sobretudo de higiene pública (Caballero Ponce, 2018, p. 241-253; para a Lisboa quinhentista, ver Alvarez & Salzedo, 1598): limpeza

das ruas, retirando as imundícies e animais mortos, levando a cabo o sepultamento dos cadáveres e a queima das roupas e bens dos empestados; desinfecção das mesmas, usando uma mistura de vinagre com água, ao raiar do dia (para que os raios do sol fizessem elevar os vapores de vinagre, dando impressão de frescura e limpeza das ruas); uso de ervas aromáticas e madeiras resinosas para purificação do ar. Quem trabalhava com empestados (nos hospitais e albergues) usava também o vinagre na limpeza corporal, vestia roupas de bocassim (a que se atribuía propriedades antipestíferas) e usava máscaras em forma de bico de pássaro, em cujo interior colocavam ervas aromáticas. Na limpeza das ruas podia também ser usada a cal viva, que era indispensável nas sepulturas de modo a impedir a emanação de maus odores; e na desinfecção do interior das casas, a pólvora e o enxofre. Tendo também a peste causas sobrenaturais, as autoridades civis, ao mesmo tempo que lançavam as medidas sanitárias, organizavam eventos religiosos: novenas, procissões, rogações e missas votivas, procurando o favor divino por intermédio ou dos santos padroeiros ou dos grandes “advogados” contra a peste (S. Sebastião, S. Roque e a Virgem Maria). Assimilando a peste a um castigo divino, a Igreja desenvolveu durante estes séculos uma autêntica pastoral do medo (Delumeau, 1978).

A PANDEMIA DE 1647-1658 E SUAS REPERCUSSÕES

Em meados do séc. XVII, o Mediterrâneo ocidental conheceu não apenas alguns focos epidémicos da peste, mas uma verdadeira pandemia, que se alastrou por muitas cidades de Espanha, França, Itália e Portugal. Portugal foi afetado sobretudo no ano de 1649. Em março, atinge a cidade de Lagos, matando, num primeiro momento, sob a forma bubónica, mas depois também sob a forma pulmonar. No final do verão, a peste propaga-se a outras comarcas: Silves, Loulé e Faro (Barros, 2015, p. 258). O impacto desta pandemia mediterrânica está bem estudado em Espanha e em Itália. O mesmo não podemos dizer relativamente a Portugal.

Em geral, no estudo social das epidemias da peste, o primeiro olhar vai para as repercussões demográficas. Por causa do impacto da Peste de Justiniano (30 a 50

milhões de mortos) e da Peste Negra (25 a 48 milhões), pensa-se que a mortalidade pela peste é muito elevada. No entanto, hoje sabe-se que, salvo raras exceções (em que atingiu os 40 %), a mortalidade pela epidemia teve efeitos limitados (andando pelos 10 %) (Carreras Panchón, 1992, p. 103-104). Nas crises de meados de Seiscentos, Barbosa indica, para Tavira (1645-1646), uma taxa de mortalidade na ordem dos 10 a 24% e, para Faro, 19 a 31% (Barbosa, 2001, p. 13).

Mais graves terão sido as repercussões económicas. Com frequência – como foi o caso, p. ex., da cidade de Múrcia –, os interesses económicos dos vários grupos retardaram a tomada de medidas profiláticas (nomeadamente o isolamento), fazendo com que, depois, ditas medidas fossem totalmente inúteis (Caballero Ponce, 2018, p. 340). A peste incrementa então as diferenças sociais: a fuga, enquanto remédio eficaz contra a peste, não está ao alcance de todos, mas apenas dos poderosos (dos nobres, dos ricos comerciantes, e, muitas vezes, também do clero e dos médicos); e os meios de subsistência escasseiam para os que menos têm, os quais, depois da epidemia, têm de lidar ainda com a falta de emprego ou as más colheitas. A brusca interrupção do comércio acaba rapidamente com as reservas alimentícias, provocando a escalada dos preços e o açambarcamento de bens por parte de quem pode. Enfim, as contas da epidemia vão permanecer durante muito tempo: para além dos custos imediatos, as autoridades municipais são obrigadas a declarar a isenção de certos impostos de modo a ajudar uma população mais debilitada pelos efeitos da doença (Carreras Panchón, 1992, p. 107).

Numa sociedade ainda cristã (católica), a derradeira esperança residia na fé, que exerce, sem dúvida, uma função de consolação fundamental. O contacto com a morte tem um impacto existencial inegável: a consciência da fugacidade da vida e da sua própria finitude, e o sentimento de fracasso, de culpa, por causa da sua própria natureza pecadora (Carreras Panchón, 1992, p. 108). “O tempo da peste era, por excelência, o da purificação, espiritual sobretudo, para o discurso cristão” (Bastos, 2009, p. 131). É neste enquadramento que devemos situar o testemunho do padre António Vieira.

A PESTE NOS ESCRITOS VIEIRIANOS

Não é apenas no “Sermão de São Roque” de 1649 que o padre António Vieira fala da peste. Na sua correspondência, ele dá conta de alguns surtos de peste (ou da sua possibilidade) na Europa: em Calais (Vieira, I, I, p. 171-172), na Holanda (Vieira, I, I, p. 222), na Inglaterra (Vieira, I, II, p. 535-536, 538). Depois, no “Sermão do Beato Estanislau Kostka da Companhia de Jesus”, refere a peste que abrasou muitas cidades da Polónia (Vieira, II, XI, p. 469). Enfim, no volume de sermões dedicados a S. Francisco Xavier, ele reporta ainda as pestes de Malaca e de Nápoles, em Quinhentos (Vieira, II, XII, p. 278 e 289, respetivamente).

Nos discursos quaresmais “As cinco pedras da funda de Davi”, Vieira alude à teoria tradicional que fala da corrupção do ar como causa da peste (Vieira, II, IV, p. 58), tema que retomará no sermão de 1649 (“A peste, como dizíamos, é o ar corrupto, e contagioso”; Vieira, II, XI, p. 394); e no “Sermão do Nascimento da Virgem Maria” de 1657, ele refere a possibilidade do sol natural ser também causa da corrupção do ar e, portanto, da peste (Vieira, II, VII, p. 201). Ao contágio rápido refere-se ele no “Sermão da quarta domingo da Quaresma” de 1655 (Vieira, II, III, p. 292); e à morte repentina, no “Sermão da primeira domingo do Advento” de 1652 (Vieira, II, I, p. 170) e no “Sermão de São Roque” de 1649 (Vieira, II, XI, p. 395).

No discurso “Voz de Deus ao mundo, a Portugal e à Baía”, por várias vezes refere os cometas como prenúncio de pestes e outras calamidades (Vieira, III, I, p. 588, 589 e 598). Como “voz” de Deus, o cometa anuncia castigos. Vieira menciona alguns cometas da Antiguidade (os de 603, 626, 745 e 983), e sobretudo aquele que mais marcou o Ocidente, ou seja, o de 1347, “que foi universal, fez tal estrago, que em três anos que durou, como refere Petrônio, matou a terceira parte de todo o género humano” (Vieira, III, I, p. 589). No “Sermão da primeira Oitava da Páscoa” de 1656, o pregador distingue entre “castigos escondidos” e “castigos manifestos”: “Os castigos manifestos são os que todos temem, e reconhecem por castigos, como são as fomes, as pestes, as guerras, e outras calamidades temporais” (Vieira, II, V, p. 120). É na Bíblia que ele fundamenta esta conceção: seja na peste com que Deus castigou Israel no tempo do rei David (Vieira, II, V, p. 329-330; Vieira, II, XI,

p. 343 e 393); seja nas quatro calamidades anunciadas por Ezequiel como castigo para Israel (Vieira, II, III, p. 254).

Enfim, relativamente aos remédios contra o mal da peste, no “Sermão da quarta domingo da Quaresma” de 1655, ele não deixa de referir a fuga para os campos, abandonando as cidades (Vieira, II, III, p. 292). Mas tendo a peste também causas sobrenaturais – castigo divino –, Vieira refere sobretudo os remédios espirituais. Nos Sermões do Rosário *Maria Rosa Mística*, apresenta a devoção do rosário como “antídoto” contra a peste (Vieira, II, IX, p. 335, 434-435). Nos sermões do ciclo santoral, ele menciona vários santos: os jesuítas Francisco Xavier (Vieira, II, XII, p. 278 e 289) e Estanislau Kostka (Vieira, II, XI, p. 469), mas sobretudo S. Roque, o “Advogado da peste” (Vieira, II, XI, p. 343, 393, 416).

S. Roque apanhou a peste quando tratava e curava os apesados, morrendo rapidamente desse mal; mas mesmo depois de morto, ele continuava a curar os apesados, tendo recebido essa graça *gratis data* do mesmo Deus (Vieira, II, X, p. 296). Um dos milagres que se referem a este santo francês refere que “depois de morto, foi achado com uma tábua nas mãos escrita por ministério de Anjos, na qual prometia que todos os enfermos de peste, que se encomendassem em sua intercessão, seriam daquele mal” (Vieira, II, XI, p. 334).

Este rápido levantamento mostra-nos bem o quanto a doença da peste preocupava Vieira.

O “SERMÃO DE SÃO ROQUE” DE 1649

Neste panegírico, Vieira aborda a peste como uma grande “desgraça”: “enquanto mal comum, e enfermidade das Cidades, das Províncias, dos Reinos, quem poderá bastantemente considerar, nem compreender as infelicidades, as misérias, as lástimas, os horrores, que em si contém a *desgraça geral de uma peste?*” (Vieira, II, XI, p. 392; cursiva nossa).

Numa descrição vívida, como só ele é capaz, Vieira deixa-nos um testemunho impressionante dos efeitos da doença:

Os portos, e as barras fechadas, e os navegantes

alongando-se ao mar, e não só fugindo da costa, mas ainda dos ventos dela; os caminhos por terra tomados com severíssimas guardas; o comércio, e a comunicação humana totalmente impedida; as ruas desertas, e cobertas de erva, e mato, como nos contavam, e viram nossos maiores nesta mesma Cidade de Lisboa; as portas trancadas com travessas, e almagradas; as sepulturas sempre abertas, não já nas Igrejas, nem nos Adros, senão nos campos, e talvez caindo nessas sepulturas mortos os mesmos vivos, que levam a enterrar os outros defuntos; a fazenda adquirida com tanto trabalho, guardada com tanta avareza, estimada com tanta cobiça, já desprezada, e já lançada, ou alijada, como na extrema tempestade, não à água, senão ao fogo, e vendo-se arder sem dor; o amor natural do sangue (como todo o outro amor) ou atônito, ou esquecido: os Irmãos fugindo dos Irmãos, os pais fugindo dos filhos, os maridos fugindo das mulheres, e todos querendo fugir de si mesmos, mas não podendo, porque a saída é indispensavelmente vedada, e impossível. A razão, e a piedade têm ali cruelmente presos, e sitiados os miseráveis, para que se matem antes a pé quedo entre si, e não saiam a matar os outros: mas, ó que dor! Ó que angústia! Ó que aflição! Ó que ânsia! Ó que violência! Ó que desesperação tão mortal! E nem ainda para cuidarem os homens, ou pasmarem deste seu estado, lhes dá tempo, nem lugar a morte (Vieira, II, XI, p. 392-393).

Nestas palavras, percebemos perfeitamente o impacto fulminante da peste (as sepulturas sempre abertas, a falta de tempo para sequer pensarem sobre a enfermidade), as repercussões económicas (o comércio interrompido, as comunicações impedidas, a fazenda lançada ao fogo), os remédios sanitários (a fuga dos lugares contaminados, os cordões sanitários, o isolamento social), faltando apenas o(s) remédio(s) religioso(s), de que se vai ocupar de seguida.

Há duas razões (ou “misérias”) que fazem com que a peste seja, para Vieira, “tão terrível, tão temido, e tão

aborrecido” mal: a sua principal causa, a *corrupção do ar*, e o primeiro dos remédios, *fugir* dos seus parentes e amigos.

Como dissemos, antes do final do séc. XIX, não se conhecia a causa imediata da peste: a mordedura da pulga, transmitindo o bacilo da peste. No tempo de Vieira, portanto, continuava a pensar-se que a peste tinha que ver com a *corrupção do ar*. Por isso ele tem essa realidade como motivo de grande horror:

[...] ser a peste um mal, que do elemento da vida nos faz o instrumento da morte. O elemento da vida é o ar, com que respiramos, a peste é esse mesmo ar corrupto, e inficionado: e que haja um homem de beber o veneno na respiração? Que a respiração, que é o elemento, e alimento da vida, se lhe haja de converter em instrumento da morte? Grande rigor! Expirar é morrer, respirar é viver: e que morra um homem expirando, isso é morte; mas morrer respirando? Que me mate o que me havia de dar vida? Bravo tormento! (Vieira, II, XI, p. 390).

Como também é grande horror o primeiro remédio a tomar contra o mal da peste:

[...] nas outras enfermidades o maior benefício, que vos pode fazer quem vos ama, é estar convosco; na peste a maior consolação, que vos pode dar quem amais, é fugir de vós. Mal em que o dizer “estai comigo” é querer mal, e o dizer “fugi de mim” é querer bem: grande mal! Se a peste não fora enfermidade mortal, só por isto matara (Vieira, II, XI, p. 391).

Perante esse horror, e a ameaça que pairava sobre todo o reino de Portugal – “do Algarve a Portugal é menos, que de Tânger ao Algarve, e não há tanto mar, nem tantos ventos em meio” (Vieira, II, XI, p. 393) –, Vieira exorta os ouvintes a recorrer à misericórdia divina por intermédio de S. Roque, e não se fiar apenas nas medidas sanitárias entretanto tomadas:

As diligências, as vigias, as cautelas, que se fazem contra este mal tão vizinho, são muito prudentes, muito devidas, muito necessárias; mas contra os golpes da espada do Céu, valem pouco os reparos da terra. No meio do destroço, ou carnificaria, que ia fazendo a peste de Davi no mal contado Povo de Israel, pôs os olhos no Céu o lastimado, e lastimoso Rei, e viu um Anjo com a espada desembainhada, e escorrendo sangue, que já ameaçava o golpe sobre a Corte de Jerusalém. Ah se Deus nos abrisse agora os olhos, como é certo que havíamos de ver a mesma espada, goteando já sangue nosso, e ameaçando mais sangue, e maior golpe sobre Lisboa, e sobre Portugal! O pecado, por que Deus castigou com aquela horrenda peste a Davi, comparado com os nossos pecados, pode-se chamar inocência; mas então não tinha Jerusalém, nem tinha Israel um São Roque, como hoje tem Lisboa, e Portugal, que tivesse mão a Deus no braço da espada. Os grandes males pedem grandes remédios, e um mal tamanho como o da peste, só o podia remediar um tamanho Santo, como São Roque” (Vieira, II, XI, p. 393).

S. Roque é tido como o “grande remédio” contra a peste, razão pela qual recebera na tradição o cognome de “Advogado da peste”. Mas neste sermão, Vieira acha “muito vulgar esse nome, e muito desigual à grandeza de seus poderes, e aos efeitos prodigiosos de sua virtude. Só um nome acho igual à virtude de São Roque, e é chamar-lhe ‘peste da peste’” (Vieira, II, XI, p. 393). Ele explica este novo cognome através de algumas passagens da Bíblia (Oseias e Evangelhos), em que o que mais lhe interessa é comparar S. Roque a Cristo e fazer dele um *alter Christus*. Mas não é apenas neste sermão! Já o havia feito no sermão de 1642. Por isso não estranha que nos dois sermões, Vieira se dirija ao santo com as palavras “divino Roque”.

Cabe então dizer aqui uma breve palavra sobre a vida deste santo. S. Roque nasceu em Montpellier em plena pandemia da Peste Negra, entre 1348 e 1350. Aos 17/19 anos ficou órfão e decidiu partir para Roma, tendo na altura distribuído toda a sua fortuna pelos pobres

e tomado o hábito da Ordem Terceira Franciscana. Em Acquapendente, perto de Roma, viu-se confrontado com um surto de peste, pelo que foi exercitando os poucos conhecimentos de medicina que possuía e confortando religiosamente os doentes. Muitos deles ficaram curados, revelando-se então o carisma do santo francês. O mesmo aconteceria depois em Cesena e em Roma. Em 1371, S. Roque deixa Roma para regressar à sua pátria. Em Placência, assiste e cura muitos doentes, mas ele próprio apanha o mal da peste, recolhendo-se a um bosque para morrer. Ali, brota uma fonte para o saciar e um cão traz-lhe diariamente um pão como alimento. Graças ao auxílio divino, por intermédio de um anjo, S. Roque é curado e volta a Placência para atender aos empestados. Depois, retoma o caminho da pátria, mas, em Anghiera, é tomado por espião e preso. S. Roque, mantendo-se fiel ao voto de anonimato do peregrino, não revela a sua identidade e permanece no cárcere até à sua morte, a 16 de agosto de 1379.

Nos seus sermões sobre este santo, o padre António Vieira alude a outros elementos biográficos legendários, como a prisão e morte em Montpellier (Vieira, II, XI, p. 380-386), ou ainda aquela outra tradição de que morreu de peste: quando tratava e curava os apestados, S. Roque teria apanhado o mal, morrendo rapidamente dessa doença (Vieira, II, X, p. 296; Vieira, II, XI, p. 334, 339-340, 386-389); mas mesmo depois de morto, ele continua a curar os apestados, tendo recebido essa graça *gratis data* do mesmo Deus (Vieira, II, X, p. 296). Um dos fenómenos milagrosos atribuídos a este santo francês refere que, “depois de morto, foi achado com uma tábua nas mãos escrita por ministério de Anjos, na qual prometia que todos os enfermos de peste, que se encomendassem em sua intercessão, sarariam daquele mal” (Vieira, II, XI, p. 334). Um outro, ocorrido no momento em que começava a difundir-se o culto de S. Roque, vem confirmar essa promessa:

Deu o mal da peste na Cidade de Constância, quando nela se celebrava o Concílio. Ardia, abrasava-se, e despovoava-se tudo; recorre aquela sagrada Congregação aos remédios Divinos, tira em procissão uma Imagem de São Roque: coisa maravilhosa! ou coisa sem

maravilha! Como se saíra uma peste contra outra peste, ou um contágio de vida contra outro contágio de morte, ao mesmo passo que ia andando a Procissão, ia também andando, ou se ia ateando a saúde. E assim como no furor da peste quando lavra se veem cair com horror aqui uns, acolá outros mortos, assim naquele triunfo da vida se viam com admiração, e assombro de alegria, agora levantar estes, depois aqueles, e finalmente todos saltando das camas às janelas, às portas, às ruas, aclamando com vozes, que chegavam ao Céu ao poderoso triunfador da morte, ao milagroso restaurador da saúde, ao glorioso obrador de tão grande maravilha; enfim a nova, e vencedora peste da sua peste [...] (Vieira, II, XI, p. 395-396).

Perante a ameaça da peste, o pregador jesuíta exorta os seus ouvintes da Capela Real a invocar S. Roque “com grande fé, e com grande confiança” (Vieira, II, XI, p. 397), pois é ele o “remédio” – “pronto”, “poderoso” e “propício” –, “que já está tendo mão na peste, nas raias do Algarve” (Vieira, II, XI, p. 398).

Neste panegírico, é evidente que Vieira tem em conta o passado recente de Portugal, por quem S. Roque foi “sempre tão propício” (Vieira, II, XI, p. 398). Efetivamente, para fazer face às crises epidémicas da peste, o rei D. Manuel mandara vir de Veneza uma relíquia do santo, que foi guardada numa ermida dedicada a S. Roque, transformada depois pelos Jesuítas, em 1565, na Igreja de S. Roque, junto à qual construíram a sua Casa Professa. Nas grandes epidemias do séc. XVI, a invocação de S. Roque nunca faltou. E agora, o inaciano, lê nos eventos em curso a ação milagrosa da “peste das pestes”, S. Roque: “Bem vemos, e conhecemos, que a virtude deste soberano título devemos à suspensão maravilhosa daquele contágio, que não pode ser obra da natureza” (Vieira, II, XI, p. 388-399): “S. Roque, como outro Aarão, se meteu *inter mortuos, et viventes*, entre os mortos do Algarve, e os vivos de Portugal, e ali com o incenso de suas orações está conservando, e preservando o ar puro, e são desta parte, para que o não corrompa o inficionado da outra” (Vieira, II, XI, p. 388).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Sermão de São Roque” de 1649 é um panegírico do santo, pregado num momento em que alastrava a peste no Algarve. Incutindo nele, claramente, uma intenção propiciatória, Vieira, no entanto, quer mostrar o quanto S. Roque “[e]m vez de se fazer semelhante aos servos, que esperam pelo Senhor, fez-se semelhante ao Senhor, por quem esperam os servos” (Vieira, II, XI, p. 374). E fez-se semelhante a Cristo, precisamente, nas quatro “desgraças” por que passou: tornando-se pobre e peregrino, deixou de ser reconhecido pelos seus, pelos parentes (cap. III); sendo preso por espia e tratado como traidor, aceitou pacientemente a sua sorte (cap. IV); curando milagrosamente tantos empestados, ele próprio foi contagiado pela peste e morreu dessa doença, sem remédio (cap. V); porém, morrendo “com a pior enfermidade, e a mais terrível de todas”, ele tornou-se a “peste da peste”, ou seja, o remédio para o mal da peste (cap. VI) – suprema semelhança com Cristo, que morreu para salvação de todos. Portanto, o “divino Roque” – *alter Christus* – é o “grande remédio” em tempos de peste, porque não pode haver intermediário mais eficaz – “Advogado da peste” – junto de Deus.

Em 1642, quando pregou o “Sermão de São Roque” na Casa Professa jesuíta, Vieira já havia abordado o tema da imitação de Cristo em termos muito semelhantes aos que encontramos neste sermão: “Tal o grande imitador da caridade de Cristo, São Roque, que do sofrimento de suas enfermidades fez merecimento de nossa saúde, e morreu ferido de peste sem remédio, para que tivessem remédio os feridos de peste” (Vieira, II, XI, p. 339). Na altura, porém, não havia nenhum surto de peste e o pregador inaciano procurava apresentar S. Roque – “professo da Companhia em espírito, e filho de Santo Inácio em profecia” (Vieira, II, XI, p. 336) – como modelo a imitar pelos jesuítas:

Verdadeiramente, que quando considero (seja-me lícito, ao menos pelos privilégios de estranho, dizer o que venero, e o que admiro), quando considero a verdade, com que pode dizer a Casa de São Roque: *Quis infirmatur, et ego non infirmor?* [2Cor 11, 29]

Que enfermidades, que males, que trabalhos há em Lisboa, que a caridade desta Casa não participe? Nos Hospitais, nos cárceres, nas aflições, e sentimentos particulares, que sempre são mais que os públicos, quem os padece neste grande povo, que não reparta sua paciência com a caridade dos Religiosos desta Casa? Que enfermo, que os não tenha à cabeceira? Que preso, que os não ache à grade? Que condenado, que os não leve consigo ao lugar do suplício? Finalmente, que necessidade espiritual, ou temporal, que não venha buscar aqui, ou o remédio, ou o alívio, ou a companhia? Quando tudo isto considero, me persuado que deve esta graça a Companhia ao glorioso Padroeiro desta Casa; e que a gozam os Religiosos dela, mais por Padres de São Roque, que por filhos de Santo Inácio” (Vieira, II, XI, p. 335-336).

Exemplo claro de alguém que vivia na prática as três maneiras de humildade que S.^{to} Inácio de Loiola evocava nos *Exercícios espirituais*, S. Roque, portanto, era não apenas grande remédio para os tempos de peste, como também modelo de caridade para quem procura continuamente “acudir aos males comuns, e dos próximos, como se foram próprios, e particulares” (Vieira, II, XI, p. 337).

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Thomaz; SALZEDO, Garcia de. **Recopilação das cousas que convem guardar-se no modo de preservar a Cidade de Lisboa**: edição conforme à de 1598. In: ANÓNIMO. **Advertencias dos meios que os particulares podem usar para preservar-se da peste**. Lisboa: Typografia da Academia, 1801.
- ARRIZABALGA, Jon. La Peste Negra de 1348: los orígenes de la construcción como enfermedad de una calamidad social. **Dymanis**: Acta hispanica ad medicinae scientiarumque historiam illustrandam, Universidad de Granada, n. 11, p. 73-118, 1991.
- BARBOSA, Maria H. V. **Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX**. (Com a colab. de A. de D. Godinho). Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade-Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2001.
- BARROS, António A. S. de. Lisboa na confluência das rotas comerciais: efeitos na saúde pública (séculos XV a XVII). **Cadernos do Arquivo Municipal**, Lisboa, 2.^a série, n. 2, p. 251-263, 2015.
- BASTOS, Mário J. da M. **O poder nos tempos da peste (Portugal – séculos XIV/XVI)**. Niterói: Editora da UFF, 2009.
- BETRÁN MOYA, José L. La peste como problema historiográfico. **Manuscrits**: Revista d’història moderna, Universitat Autònoma de Barcelona, n. 12, p. 283-319, 1994.
- BYRNE, Joseph P. **Encyclopedia of the Black Death**, Santa Barbara (California): ABC-CLIO, 2012.
- CABALLERO PONCE, José F. **El año de la plaga**: mecanismos de defensa ante la peste de 1648 en la ciudad de Murcia. Tese de doutoramento em História na Universidade de Múrcia. Murcia: Texto policopiado, 2018.
- CARRERAS PANCHÓN, Antonio. Sociedad y enfermedad: la peste. **Cuadernos de Sección. Ciencias Médicas**, Donostia, 2, p. 99-111, 1992.
- CÍCERO, Marco T. **De natura deorum** (Sobre la naturaleza de los dioses). Madrid: Alba Libros, S.L., 1998.
- DELUMEAU, Jean. **La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles)**: Une cité assiégée. Paris: Fayard, 1978.
- FARMER, David. **Oxford Dictionary of Saints**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GAFFIOT, F. **Dictionnaire Latin-Français**. Paris: Hachette, 1934.
- ISIDORO DE SEVILHA. **Etimologías**. (E. bilingue, ed. e trad. de J. Oroz Reta e M.-A. Marcos Casquero, introd. de M. C. Diaz y Diaz). Madrid: BAC, 2004.
- ISIDORO DE SEVILHA. **De natura rerum**. (Trad. de G. Soto Posada). **Escritos**, Medellín, vol. 27, n. 58, p. 143-197, 2019.
- MAGALHÃES, Joaquim R. **O Algarve na época moderna**. Coimbra: IUC/UAlg, 2012.
- MANCONI, Francesco. **Castigo de Dios**: La grande peste barocca nella Sardegna di Filippo IV. Roma: Donzelli Editore, 1994.
- PANDÉMIE. Disponível em: <https://fr.wikipedia.org/wiki/Pandémie>. Acesso em: 13 ago. 2020.
- VANDAL, Gilles. **La peste justinienne, 541-542** (2020). Disponível em: <https://www.ledroit.com/chroniques/la-peste-justinienne-541-542-97c3993bd34d9175f14fbf638cac2770>. Acesso em: 13 ago. 20.
- VIEIRA, António. **Obra completa Padre António Vieira**. (Dir. de José Eduardo Franco e Pedro Calafate). 4 tomos, 30 volumes. S.l.: Círculo de leitores, 2013-2014.

NOTAS

- 1 Episódico terá sido o surto de peste em Tavira, em 1645-1646, provocado por gente vinda de Tânger.
- 2 Gaffiot, 1934, p. 1167.
- 3 Cf. Cícero, *De natura deorum*, I, 36, 101.
- 4 S.^{to} Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, IV, 6, 17: “Peste [pestilentia] es lo mismo que ‘contagio’, porque, cuando uno está afectado, al punto se lo transmite a los demás. Tiene se origen en el aire corrompido, y encuentra su campo de cultivo en las vísceras en que penetra. Aunque esta enfermedad está muchas veces provocada por las propiedades que el aire tiene, no ocurre nunca, sin embargo, sin la decisión de Dios omnipotente”.
- 5 S.^{to} Isidoro de Sevilha, *De natura rerum*, 39: “Su causa, dicen algunos, es la siguiente: *cuando, por los pecados de los hombres, la peste y la enfermedad atacan, entonces debe existir alguna causa, ya la sequedad, ya la fuerza del calor, ya la intemperancia de las lluvias, ya la corrupción del aire. Así, perturbada la templanza del orden natural, se infectan los elementos, viene la corrupción del aire, los soplos pestilentes, aparece la peste y se contaminan los hombres y los demás animales* [Clemente, 8, 45]”.
- 6 É bem conhecida a “peste de Davi” (2Sm 24, 15; 1Cr 21, 14), a que Vieira alude com frequência. Na Bíblia, é a literatura deuteronomista (ver Dt 28, 21; 2Sm 24, 15), ou de influência deuteronomista (ver Nm 14, 12; 1Cr 21, 14), que refere a peste como consequência da ira divina para castigar a maldade humana. Depois, a literatura profética – particularmente Jeremias (14, 12 *passim*), Ezequiel (5, 17 *passim*), Amós (4, 10) e Habacuc (3, 5) – desenvolverá esse tema, juntando ainda à peste os castigos da guerra (a “espada”) e da fome, p. ex.: “Quando enviar as minhas quatro pragas mais terríveis contra Jerusalém, a espada, a fome, animais selvagens e peste, exterminando pessoas e animais, eis que haverá, apesar de tudo, um resto que escapará [...]” (Ez 14, 21-22) (cf. Vieira, II, III, p. 254).
- 7 Ver, também, <https://fr.wikipedia.org/wiki/Pandémie>.
- 8 S.^{to} Isidoro de Sevilha, *Etimologias*, IV, 6, 19: “Se llama también *inguina*, por el tumor que se presenta en la ingles. Igualmente se conoce como *lues* (epidemia), derivada de *labes* (ruina) y de *luctus* (aflicción), y es tan rápida que no da ocasión a esperar la vida o la muerte, ya que la repentina enfermedad trae consigo la muerte”.
- 9 Relativamente às causas, além das já apontadas (a seca, a força do calor, a intemperança das chuvas e a corrupção do ar), o bispo de Sevilha apresenta outras, como a passagem de um cometa, sempre sinal de mau augúrio (pressagiando a fome, a guerra, a peste) (*Etimologias*, III, 71, 16), o vento sul causador das chuvas, que por onde sopra vai transmitindo a pestilência (*Ibid.*, XIII, 11, 6), ou as próprias nuvens (*De natura rerum*, 39). Quanto aos remédios, ele apenas refere os efeitos benéficos do vento norte (o aquilão), como compensação aos malefícios do austro (*Etimologias*, XIII, 11, 6).
- 10 Neste contexto se deve entender a devoção e iconografia da Virgem da Misericórdia, desenvolvida com a pandemia da Peste Negra, que, com o seu manto protetor, protege os fiéis das flechas da cólera divina, nomeadamente da peste (p. ex.: *Virgem da Misericórdia* de Beneditto Bonfigli).
- 11 Embora o vinagre fosse utilizado pelas suas propriedades desinfetantes, ele era realmente eficaz, mas por uma outra razão: o seu forte cheiro era um repelente natural contra as pulgas transmissoras do bacilo da peste! (Caballero Ponce, 2018, p. 248).
- 12 A forma bubónica é a mais frequente nas crises epidemiológicas da peste. É assim chamada por causa do aparecimento de bubões, i.e., a inflamação dos gânglios linfáticos mais próximos do local onde penetrou a bactéria da peste, que é acompanhada de febre, dores de cabeça e vômitos.
- 13 A forma pulmonar decorre da transmissão da bactéria da peste por doentes com peste bubónica, afetando de imediato os pulmões. Os sintomas mais comuns são a febre, dores de cabeça, falta de ar, dor no peito e tosse.
- 14 Apenas a título de exemplo, ver bibliografia em Betrán Moya, 1994, p. 309-310, notas 76 e 77; Manconi, 1994, p. 36-87.
- 15 Ver, todavia, Magalhães, 2012, p. 271-272.
- 16 Ver Vandal, 2020 e Byrne, 2012, p. 45.
- 17 Na *editio princeps*, este sermão, pregado na Capela Real, é datado de 1659, mas trata-se evidentemente de um lapso. Em 1659, Vieira estava no Maranhão, e a peste do Algarve foi, como é sabido, em 1649-1650.
- 18 Ao ponto de, neste sermão de 1649, Vieira chamar a Cristo “Divino Roque” (Vieira, II, XI, p. 388)!

O AUTOR

Porfirio Pinto

Doutor em Estudos de Literatura e Cultura pela Universidade de Lisboa. Investigador júnior. Doutor contratado, ligado à Universidade Aberta - Cátedra Infante Dom Henrique (CIDH) para os Estudos Insulares Atlânticos e a Globalização, Rua da Escola Politécnica, 147, 1269-001 Lisboa, Portugal. Investigador do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias (CLEPUL). ORCID: 0000 0003 3127 1420. E-mail: porpinto@gmail.com.